

Em resposta a uma solicitação do CIMI em Brasília, enviamos observações sobre pontos do PROJETO RORAIMA que julgamos pertinente comentar, que são os seguintes:

1.1 O ponto importante a ser destacado do PROJETO RORAIMA é seu caráter nacionalista radical: missionários, cientistas e todos os estrangeiros que porventura tenham passado pela Amazônia e, mais especificamente, pelo Território de Roraima, foram e são espões de Governos imperialistas interessados na exploração dos recursos naturais da área. Para fundamentar tal proposição a autora, Teresa Maggy Lyra Campos, deliberadamente confunde passado e presente, em um emaranhado de distorções históricas que alinha de Henri Coudreau, viajante naturalista do século XIX, à associação filantrópica Médecins du Monde, semelhante à Cruz Vermelha Internacional, que atua entre os Yanomami. O único a se salvar deste festival de xenofobia é o português Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista do século XVIII, pois nem mesmo o Estado escapa às acusações de entreguismo, em todas as esferas: Governo Federal, Territorial, e a FUNAI, sendo que esta última é mesmo acusada de trabalhar para as multinacionais! (PP. 20)

Frise-se, no entanto, que as fontes utilizadas pela autora para formular tais críticas ao Estado e, em especial à FUNAI, são as atas da Câmara Municipal de Boa Vista que, a rigor composto de representantes de poderosos interesses econômicos do Território, sejam pecuaristas ou representantes dos interesses de empresas mineradoras (como é o caso notório do deputado João Batista Fagundes a nível federal), desenvolvem um discurso basicamente anti-FUNAI, para dizer o mínimo. Curiosa coincidência é a frequente referência ao historiador Arthur Cesar Reis como apoio aos argumentos de "investidas internacionais" na Amazônia. Esse mesmo autor é uma das 34 personalidades que assinaram e defendem a petição encaminhando a criação do Parque Yanomami ao Presidente da República em 1979. (Ver Carta ao Presidente no folheto Terra é Vida, 1979).

1.2 Na página 20 a FUNAI está sendo acusada de trabalhar para multinacionais, ou seja, de utilizar-se delas como pretexto para ocultar as riquezas minerais do Território. Em consequência, argumenta a autora, a protelação na demarcação das terras indígenas é colocada no Projeto como problema Roraimense. Esta protelação, no entanto, existe em todo o território nacional e sua execução correta é a bandeira das reivindicações dos próprios povos indígenas. As atividades "ocultas" das multinacionais não são senão referências ao trabalho missionário, que de fato é composto na grande maioria por elementos estrangeiros. Existe entretanto um relatório do Conselho de Segurança Nacional elaborado em 1981, resultado de uma visita ao território Yanomami, por um coronel de Segurança e Informações, que coloca o seguinte:

"As denúncias contra as missões (....) quanto a recursos minerológicos, não se confirmaram durante a viagem, nem mesmo foram levantados indícios significativos. Também são infundadas as denúncias sobre proibição de brasileiros entrarem nas áreas, abertura de aeroportos clandestinos, etc.". (Missão Especial Nº 28/81, Ministério do Interior e Divisão de Segurança e Informação)

1.3 Ainda em 1985 duas comissões parlamentares visitaram Surucucus sem dificuldade e constataram que não existe missão nenhuma nem qualquer tipo de irregularidade praticada naquela região. As Missões Evangélicas da Amazônia (MEVA) de fato trabalharam 16 anos em Surucucus (1961 a 1976). Mas em 1976 a FUNAI assumiu a Frente de Atração de Surucucus e está presente desempenhando esta função até hoje. Em 1978 a Companhia de Mineração DOCEGEO, uma subsidiária da Vale do Rio Doce, iniciou uma pesquisa de minérios na região, que decidiu não levar em frente. (Ver relatório DOCEGEO). Em consequência, não existe um levantamento seguro que determine o potencial minerológico do Paríma. O assentamento e implantação de uma infra-estrutura do volume descrito no PROJETO RORAIMA teria que ter comprovado reservas que permitissem exploração por um mínimo de 10 anos, conforme especialistas do assunto. (Informe CONAGE). Não existem estudos suficientes sobre a área para comprovar esta riqueza mineral, nem dados que comprovem esta possibilidade.

1.4 O argumento mais importante contra o Projeto Roraima é que promove um projeto de garimpagem por terceiros em terras indígenas, e isso é anticonstitucional (Art. 198 da Constituição e Lei 6.001).

1.5 O Projeto Roraima trata de um plano de assentamento dos garimpeiros "e implantação de uma infra-estrutura" de vilas com "casas de apoio" para lazer, escolas, bancos e postos de saúde. Essa infraestrutura proposta, de fato, representa um plano de colonização dentro das áreas indígenas visando ocupação permanente. Outra ilegalidade em terras ocupadas por povos indígenas. (Lei 6.001 e Art. 198)

1.6 Vale a pena observar que na área Yanomami os levantamentos demonstram a inviabilidade da agricultura e recomendam a criação de reservas ambientais. A região, na sua maioria, não comporta assentamentos permanentes. Inúmeros documentos e estudos feitos por cientistas de renome internacional fornecem elementos que permitem visualizar o patrimônio representado pela cultura Yanomami, bem como sua importância dentro de uma preocupação mais ampla com a preservação ambiental. "Uma das características mais marcantes da organização social Yanomami é a capacidade de segmentação das aldeias e de proliferação de grupos locais, o que representa mais um fator a inibir uma concentração exagerada de pessoas numa determinada aldeia (250 pessoas é o máximo conhecido). Assim, quando uma comunidade alcança um certo número de pessoas, a tendência é surgir uma rivalidade política em seu seio, de modo a estimular os membros das facções opostas a se separarem (...). Desse modo,..... os Yanomami praticam, com efeito, um sistema altamente racional em termos de utilização de recursos naturais ... aliviando a pressão demográfica sobre a utilização dos recursos de uma dada região, que ficaria sobrecarregada se a população da comunidade original crescesse e permanecesse concentrada no mesmo local por tempo indefinido" (FUNAI, 1984).

1.7 O Projeto RADAMBRASIL forneceu os seguintes dados sobre a fertilidade do solo em território Yanomami:

- área de capacidade natural baixa.....11,53%
- área de capacidade natural muito baixa.....37,04%
- área de capacidade natural não significativa.....11,29%
- área de proteção permanente.....40,12%

44,98%

Mesmo em solos tão pobres, os Yanomami têm conseguido durante séculos extrair uma subsistência perfeitamente satisfatória, sem pôr em risco o precário equilíbrio ecológico da região, por praticar uma horticultura rotativa sui generis. Por isso é fundamental a rede de comunicação mantida entre as aldeias, num raio muito amplo, bem como a utilização dos espaços entre elas, aparentemente "vazios" se considerados momentaneamente, fora da sua utilização histórica. "Esse espaços entre aldeias, atravessados constantemente pelos seus habitantes, de fato representam uma resposta dos Yanomami às demandas que lhes são impostas por um meio ambiente pobre em solos cultiváveis e de frágeis recursos faunísticos, cuja renovação depende de um esvaziamento periódico das áreas utilizadas". (FUNAI, 1984) Os dados do RADAMBRASIL indicam que 33,5% das terras Yanomami são áreas montanhosas, e portanto de preservação permanente, enquanto 40,5% das terras são inaptas para projetos de lavoura ou agropecuária, devido à sua qualidade muito baixa e não significativa, tendo sido recomendada ao Poder Público a criação nessas áreas de Parques Nacionais e estações ecológicas. A área do Parima é por excelência uma região montanhosa com baixa fertilidade de solo, além de ser a área Yanomami mais populosa.

1.8 A mítica Serra de Surucucus é conhecida essencialmente por sua reserva de cassiterita. O potencial de ouro não é conhecido e não se pode afirmar que exista. Somente o mito existe com segurança. Esse mito foi construído pelos políticos locais e pelo empresário de taxi-aéreo José Altino Machado. O fato é que a população de Roraima acredita que Surucucus é sua salvação e também da nação brasileira. Com ela se pagará a dívida externa. Conforme o mercado internacional e as notícias da imprensa (Gazeta Mercantil, Folha de S.Paulo e revistas especializadas) porém, a tendência da cassiterita (estanho) na bolsa de mercado mundial é de baixa. Do ponto de vista internacional, atualmente o Brasil tornou-se o 3º produtor mundial em estanho e exporta cerca de 80% de sua produção FSP, 6.10.85). O mercado mundial está saturado e os preços desabaram. O Conselho Internacional do Estanho (CIE), organismo contro-

lador de preços mundiais, demonstra tendência a não concordar em aumentar a produção mundialmente.

Esses fatos demonstram que não há interesse atualmente em se colocar cassiterita no mercado.

1.9 Temos que nos lembrar ainda que o Projeto Roraima defende um projeto de livre garimpagem do tipo artesanal, organizado com infraestrutura de assentamento. Ora, esse tipo de garimpo requer a construção de estradas para abastecimento dos trabalhadores e suas famílias e para o escoamento da produção. Além das imensas dificuldades que tal empreendimento requer (a área é toda montanhosa, coberta pelo mato tropical e os rios não são navegáveis) e os altos custos, temos que considerar que o Parima é habitado por índios Yanomami praticamente sem contato e em grande parte sem imunização. Qualquer Projeto nessas condições representa um genocídio potencial. Temos apenas que nos lembrar das nefastas consequências da construção da Perimetral Norte, documentadas por médicos e cientistas. O sarampo que matou a metade da população de quatro aldeias na região do vale do Catrimani é um fato histórico inegável, mais que documentado e mundialmente conhecido, com testemunhos vivos.

2. O Projeto Roraima defende a organização de uma unidade da federação voltada tão somente para a atividade garimpeira. Deste modo, chega mesmo a propor a existência da FUNAI para 'mediar quando necessário a problemática indígena/população garimpeira' (P.44). Como pode-se também depreender desta citação, a autora não se refere explicitamente à existência de povos indígenas em Roraima, mas de modo ambíguo fala de 'problemática indígena'. Contraditoriamente, e a autora também o reconhece, é esta 'problemática' o ponto nevrálgico para onde se organiza sua retórica. Vejamos:

O fator de ponderação escamoteado no Projeto Roraima é a população indígena do lavrado, cerca de 21.274 habitantes, entre Macuxi, Wapixana, Taurepáng e Ingarikó (cf. Aconteceu, 1984:77) que, se somados aos outros povos do Território (Yanomami, Wai-Wai, Maiongóng e Waimiri-Atroari), atingem uma cifra acima de 30.000 habitantes, representando cerca de 30% da população total do Território. A evidência de tal sonegação encontra-se inicialmente na utilização feita dos dados censitários (p.12), que indicam 21% de homens e 17,30 de mulheres na população rural de Roraima que, no caso do lavrado, obviamente inclui os índios. Como é sabido, os

censos em geral não discriminam por etnia, e sim por cor; no caso, por exemplo, há uma elevada população de cor parda, na qual decerto se incluem os índios, dado que a população negra é relativamente insignificante: 3,2% da população total. A sonegação da identidade étnica dos índios do lavrado torna-se mais gritante à página 22, onde a autora protesta contra os já bastante minguados 830.076 ha. demarcados pela FUNAI para os Wapixana e Macuxi, que são chamados de "índios aculturados" ou caboclos.

Este é enfim, o aspecto mais perigoso do 'Projeto Roraima', dado que pretende que a abertura da garimpagem se faça em todas as áreas de 'minérios ociosos' de Roraima (pp. 26 a 28), sendo 'respeitadas as reservas indígenas'. Para tanto, supõe uma redefinição do conceito indígena, proposta nos seguintes termos:

"(...) conceito de silvícola, e conseqüente definição da população indígena e não indígena, ou, em outras palavras, investigar no seio da população dita indígena, quais os que realmente mantêm traços culturais característicos da raça e quais os que já se encontram integrados à sociedade contemporânea (...)" (p.35).

Evidencia-se assim o uso ideológico de conceitos ditos científicos absolutamente obsoletos, que a própria Antropologia enquanto disciplina abandonou ainda no início do século XX, tal como o critério de 'raça'. O que torna claro que a intenção é de descaracterizar a população indígena do Território enquanto etnias diversas que, de modo importante, vêm se afirmando na luta pelo reconhecimento de seus direitos territoriais e a uma identidade própria.

Na página 28 do Projeto mencionam-se os garimpos do Rio Novo e Santa Rosa como estando fora de área indígena. Esclarecemos:

Rio Novo encontra-se dentro da região da bacia do rio Apiaú (é afluente do rio Apiaú). Toda a região é tradicionalmente Yanomami e faz parte da área Yanomami interdita pela Portaria GM 025 de 1982 e pela Portaria da FUNAI Nº 1917 de 1985. Hoje a malária é endêmica na região e os frequentes contatos com os garimpeiros, especialmente na comunidade Apiahiuprau são responsáveis pela morte de 5 Yanomami no último ano, conforme os arquivos da missão Catrimani. Esses contatos serão inevitáveis, mesmo num garimpo organizado.

A área do Rio Novo é área tradicional de caça e coleta dos Yanomami da região do Mucajaí, portanto economicamente vital para as comunidades que vivem no médio rio Mucajaí.

O garimpo de Santa Rosa é área limítrofe com a área Yanomami, sendo o igarapé Pacasibi (afluente do Rio Uraricaá) limite das terras Yanomami, identificadas pela FUNAI através da Portaria 1917. O garimpo estende-se dentro da área indígena com numerosas grotas. Ambos os garimpos devem ser evacuados.

3. É óbvio que uma alternativa para os garimpeiros será uma reserva exclusivamente para garimpagem fora das áreas indígenas. No entanto, conforme a CONAGE (*) em Roraima haveria a necessidade de uma pesquisa para averiguar o potencial da região. Essa pesquisa requer a liberação de uma verba que, conforme a CONAGE, atualmente não existe. As verbas a serem liberadas pelo Governo para pesquisa mineral não serão alocadas para áreas não consideradas prioritárias. Roraima não entra nessa categoria, por isso é preciso tomar um certo cuidado ao se recomendar a criação de uma reserva para garimpagem em Roraima. De qualquer maneira, será necessário comprovar sua existência.

Existe entretanto um antigo garimpo, chamado Tepequém, que está fora das áreas indígenas. Ele ocupa importante lugar entre os garimpos de diamante no país.

Obs.: Há um erro de números no Projeto na página 9, parágrafo 1.1.2.2.1, linha 5, que deve ser lido 234 kg e não 234 mil toneladas.

(*) coordenação nacional de geólogos

Claudia Andujar
Comissão pela Criação do Parque Yanomami